



ATA - 01ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA- 2023. O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 07 de fevereiro de 2023, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta Google Meet, realizou a 01ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da Conselheira e Presidenta do CEDIM/SC, Rosaura de Oliveira Rodrigues. A 01ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das **Conselheiras representantes das Organizações Governamentais**: Conselheira Titular Débora Barbosa, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e a Conselheira Titular Aline Pallaoro Garcia, representante da Secretaria de Estado da Saúde. Participaram também as **Conselheiras representantes das Organizações Não Governamentais**: Conselheira Titular Francine Costa e sua Suplente Fernanda Cardozo, representantes do Instituto de Estudos de Gênero (IEG/UFSC); Conselheira Titular Rosaura Rodrigues, representante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; Conselheira Titular Sheila Sabag representante da Associação Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular Rosemeri Prado e sua Suplente, Liliana Pischki Maes, representantes da Central Única de Trabalhadores - CUT/SC; Conselheira Titular Dalvana Cordazzo, representante da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura familiar de SC; Conselheira Titular Romi Ruff, representante da BPW - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Fpolis; Conselheira Titular Erli Aparecida Camargo, representante do Fórum de Mulheres do Mercosul - Seção Lages; Conselheira Titular Júlia Morges Eleutério, representante do Instituto Movimento Jovem de Araquari e Conselheira Titular Daniele Soares, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de SC - FEATESC. **Justificaram a ausência**: Conselheira Titular Gláucia de Oliveira Assis, representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família da Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC; Conselheira Titular Rachel Aust, representante da Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca; Conselheira Suplente Manuela Ribeiro, representante da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social; Conselheira Titular Patrícia Zimmerman e sua Suplente Fernanda Vieira, representantes do Colegiado Superior de



Estado de Segurança Pública; Conselheira Titular Janice Bunn e sua Suplente Fabíolla Krämer, representantes da Secretaria de Estado da Educação. Participaram ainda enquanto convidadas Simone Schaffer, representante da Marcha Mundial das Mulheres; Priscila, residente em Saúde da Família da SES; Célia Fernandes, Presidenta do COMDIM de Florianópolis; Emilene Kurschner do Movimento Mulheres do Litoral e a nova Secretária de Estado da SDS, Sra. Alice Kuerten. A 01ª Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2023 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do Quórum; 2. Justificativas de ausências; 3. Aprovação da Ata da 11ª Plenária Ordinária – Ano 2022, realizada em 06 de dezembro de 2022; 4. Relato - Emendas Impositivas e atualização sobre tramitação do processo do Curso de Formação de Conselheiras; 5. Retorno tramitação processo Lei do CEDIM; 6. Planejamento 2023; 7. Ações para o dia 08 de março; 8. Comissões: 8.1 Comissão de Comunicação; 8.2 Comissão de Legislação, Normas e Orçamento; 8.3 Comissão de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres; 8.4 Comissão Eleitoral; 8.5 Comissão de Formação; 8.6 Comissão Intersetorial - Pacto Estadual Maria da Penha; 9. Informes Gerais; 10. Encerramento.

Aberta a reunião, após levantamento do quórum e aprovação das justificativas de ausências, Rosaura agradeceu a presença de todas, e deu continuidade à pauta. A secretária Alice Kuerten esteve presente no início da plenária e se apresentou para as conselheiras e relatou que seu gabinete estará sempre à disposição para receber o CEDIM e suas demandas. Carol informa às Conselheiras presentes que a reunião ficará gravada no drive do email do Cedim. Após, Carol passou para o item **3. Aprovação da Ata da 11ª Plenária Ordinária – Ano 2022, realizada em 06 de dezembro de 2022.** Sem objeções, a Ata da 11ª Reunião Ordinária foi aprovada. Ato contínuo **4. Emendas Impositivas e atualização sobre tramitação do processo do Curso de Formação de Conselheiras.** Débora (13 min) relata que recebeu a informação de que o processo do curso precisará ser revisto, mas que não foi confirmado, por exemplo, o novo prazo dos trâmites legais e que por conta disso sugere uma reunião extraordinária entre o CEDIM e os representantes da área meio da SDS. Rosaura demonstra indignação e questiona se o motivo de revisar o processo é por conta de uma desconfiança da nova gestão em relação à anterior ou se está faltando assinatura de alguém e alerta que a



nova gestão será responsabilizada pela não utilização do recurso proveniente da Emenda Parlamentar. Erli questiona se o impasse no momento é oriundo dos deputados eleitos agora na ALESC ou se é da Consultoria Jurídica da SDS, pois alega que o CEDIM cumpriu tudo o que foi solicitado pela PGE no ano passado. Débora responde que não é essa a questão e que foi informada pelo Financeiro da SDS que o recurso estava no orçamento de 2022 e não foi utilizado naquele ano, por isso precisará ser feito um novo empenho, o que impossibilita a realização do curso no dia 07/03, assim como também foi mencionado que os orçamentos feitos tinham um prazo de 3 meses e como o prazo foi expirado, precisarão ser refeitos. Rosaura solicita que Débora descubra com os setores envolvidos o trâmite que deve ser seguido agora e que passe as informações para o CEDIM o mais breve possível e que se for necessário, chame uma comissão com conselheiras do CEDIM para auxiliá-la nisso. Sheila concorda com as falas anteriores e informa que a Débora deverá trazer essas informações mais detalhadamente para o CEDIM e após esse retorno, aí sim agendar uma extraordinária que terá ata registrada e divulgada. Rosaura ressalta ainda que deverá ser questionado quais são as responsabilidades que caberão ao CEDIM caso o recurso não seja utilizado. Erli sugere que já seja agendada uma data para a realização de uma plenária extraordinária para tratar esse assunto. Débora sugere que antes da extraordinária a comissão de formação se reúna para tratar desse assunto com a área meio da SDS. Rosaura destaca que antes disso, o setor tem que informar o motivo da negativa. Sheila sugere que na data de hoje o CEDIM encaminhe o documento questionando todas essas demandas para a GECON com prazo para resposta. Rosaura ainda lembra que ano passado o CEDIM solicitou mais emendas parlamentares para a Bancada Feminina e corre-se o risco de não vir por conta da não utilização do recurso anterior. Ficou acordado que a comissão de formação também receberá as novas conselheiras que tiverem interesse em participar das reuniões visando acompanhar os trâmites desse processo. Rosaura solicita que o documento seja enviado dando ciência ao gabinete da SDS e à Bancada Feminina. Liliana destaca que tem que ficar muito claro para a equipe envolvida no processo, assim como as professoras do curso, sejam informadas que o governo atual tem suas responsabilidades quanto à execução do



recurso recebido pela Bancada e não o CEDIM. Rosaura sugere que seja dado ciência também ao TCE, porém Sheila considera mais prudente esperar neste momento. Erli sugere que se questione também a fonte atual do recurso. Passou-se então para o próximo ponto. **5. Retorno tramitação processo da lei do CEDIM.** Carol (1h05min) relembra que o processo com a minuta de alteração da lei do CEDIM já vem tramitando desde 2021 entre a Secretaria da Casa Civil (SCC) e a SDS. Carol cita que no final do ano passado a SCC devolveu o processo questionando se a redação deveria ser mantida como foi sugerida sendo que a SDS respondeu que sim. Porém com a mudança de governo no Estado, a SCC retornou mais uma vez questionando a mesma coisa e agora a nova gestão da SDS pediu para aguardar a definição do projeto da Reforma Administrativa e ver como ficarão os novos nomes das Secretarias que serão modificadas para aí sim encaminhar o processo novamente para a SCC. Sheila sugere que o processo seja encaminhado para a Casa Civil da forma como está, tendo em vista que já possui parecer favorável da COJUR e que já se passaram 08 anos e que isso é muito grave. E que inclusive por sugestão da própria Casa Civil, na redação nova da lei do CEDIM o Art.4º deixa bem claro que caso haja alteração no nome ou estrutura das secretarias de estado, será aplicada sem prejuízo da representação governamental, por similaridade ou equivalência, a Lei Complementar que dispõe sobre a estrutura organizacional básica do Poder Executivo. Sheila e Erli sugerem que seja encaminhado novo ofício ratificando as informações do ofício anterior, dando destaque para o Art.4º e também para o Art. 14º, e que a Casa Civil encaminhe para assinatura do Governador e posteriormente encaminhe para a ALESC. Rosaura concorda e confirma que foi deliberado dessa forma, que o processo deve seguir o trâmite até para evitar a paralisação do conselho tendo em vista que essa morosidade poderá atrasar a posse das novas conselheiras governamentais também. Ato contínuo. **6. Planejamento 2023.** Sheila (1h16min) sugere que no relatório que deverá ser feito para a próxima gestão do CEDIM deve ser citada a continuidade do trabalho das comissões e que a próxima gestão dê continuidade e complementa com outras ações. Sheila destaca que as plenárias extraordinárias devem ser mantidas de maneira fixa, pois a discussão sobre o enfrentamento à violência é de suma importância, como o fluxo e o protocolo que está



sendo construído. Rosaura sugere que devem ser apresentados quais são os deveres que as conselheiras devem ter, sobre a importância da participação não só nas plenárias como também nas comissões. Sheila concorda e ainda acrescenta que após a posse da nova gestão, já na 2ª plenária tenha como pauta o papel das conselheiras e as políticas públicas para mulheres. Erli sugere que a comissão de formação se responsabilize com essa pauta. Sheila reforça que os temas debatidos deveriam ser o papel das conselheiras; políticas públicas; o feminismo e os direitos sexuais e reprodutivos. Rosaura concorda e ainda salienta que deve ser exposto para as conselheiras o objetivo principal de cada comissão. Passou-se para o próximo ponto. **7. Ações para o dia 08 de março.** Rosaura (1h38min) manifesta que neste momento com a chegada do fim da gestão atual e que a próxima plenária ordinária será na véspera do dia 08 de março, seria interessante as conselheiras estaduais participarem dos eventos em seus municípios representando o CEDIM e que a principal atividade do CEDIM alusiva ao 08 de março deveria ser colocar o curso das conselheiras na rua. Erli sugere que a comissão de comunicação ajude a divulgar as ações que os municípios realizam a fim de tornar público essas atividades. Sheila destaca que seria importante a divulgação do protocolo ILG na consulta pública a partir do dia 08 e a realização de um fórum com os conselhos municipais de forma virtual. Rosaura concorda e sugere que o fórum seja realizado no dia 09 de março e ainda aponta a importância também da realização do fórum dos conselhos de direitos do estado. Débora informa que a Gerência de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos está organizando atividades com as Unidades Móveis para a última semana de março e também tentará viabilizar encontros com as gestoras de organismos de políticas para mulheres. Rosaura sugere que o fórum com os conselhos municipais ocorra dia 07 após a plenária do CEDIM e o fórum com os conselhos de direitos estaduais ocorra no final da tarde do dia 09 de março. Sheila manifesta que seria melhor o fórum dos conselhos municipais para o dia 09 e o fórum dos conselhos de direito para os dias 14 ou 16 de março e que o CEDIM já encaminhe documento sugerindo essas datas para os conselhos de direitos do estado. Ficou deliberado que a próxima plenária extraordinária para tratar do protocolo ILG será dia 23 de fevereiro para que o documento possa ser atualizado após a revogação de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

algumas portarias do Ministério da Saúde e após seja colocado em consulta pública. Carol ressalta que fez contato com o Centro de Apoio Operacional de Saúde Pública do MPSC e foi informada que o GT do Aborto Legal ainda não definiu o cronograma de reuniões de 2023. Simone sugere que o CEDIM leve para a Bancada Feminina um projeto de lei similar ao protocolo da Espanha adotado contra importunação sexual que foi aplicado no caso do jogador Daniel Alves. Rosaura destaca que essa ideia poderia ser levada para o fórum dos conselhos municipais. Sheila fala sobre a próxima reunião do Observatório que ocorrerá dia 13 de fevereiro à tarde e que a Professora Teresa Kleba comentou que o CEDIM não vem participando das últimas reuniões. Rosaura justifica que a reunião coincidirá com seu horário de trabalho e questiona se a conselheira Gláucia estará presente. Sheila afirma que ainda não recebeu retorno da Gláucia e justifica que também não poderá estar presente e sugere o nome da Carol para representar o CEDIM caso a Gláucia não possa ir. Ficou deliberado desta forma então. Carol questiona se a comissão eleitoral já poderá ser extinta e Sheila responde que não, pois segundo o Edital do Fórum da Sociedade Civil, a comissão só será extinta após a posse. Rosaura afirma que todos os assuntos que cabem às comissões já foram tratados na plenária e destaca que a partir de agora, será necessário elaborar um relatório das atividades da Gestão atual para ser apresentado na plenária do dia 04 de abril, para a próxima gestão do CEDIM. Sheila questiona como a SDS se chamará e Carol responde que a princípio será Secretaria de Assistência Social, Mulher e Família. Dito isto, Sheila relata que será necessário uma conversa com a nova secretária para debater a respeito da criação de uma Diretoria da Mulher tendo em vista que não faz sentido uma Gerência da Mulher estar subordinada a uma Diretoria de Direitos Humanos. Ficou deliberado que a Carol encaminhará ao novo gabinete cópia da carta que o Cedim encaminhou para os candidatos com suas reivindicações no período eleitoral. Rosaura sugere que a Débora tente viabilizar uma cópia da minuta do projeto da reforma administrativa para que o CEDIM analise como ficou planejado no organograma da nova secretaria o setor da mulher e que após essa análise, seja agendada uma reunião com a secretária para debater o assunto já na próxima extraordinária. Entretanto, Rosaura aponta que caso não se consiga acesso ao projeto e



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

agenda com a secretária que seja agendada uma reunião com a Bancada Feminina assim que o projeto chegar na Alesc. Ficou deliberado então que tanto a Débora quanto a Carol informarão no grupo sobre os trâmites da reforma. Ato contínuo. **9. Informes gerais**. Carol (2h59min) relata que a conselheira Liliana gostaria de relatar a respeito do Fórum Mundial de Direitos Humanos em Buenos Aires no mês de março. Liliana afirma que considera importante a representação do CEDIM neste evento e se coloca à disposição para isso uma vez que já fez sua própria inscrição e questiona se o governo do estado poderia conceder alguma ajuda de custo. Rosaura afirma que provavelmente será difícil mas que Liliana poderia colocar no grupo o link da inscrição do fórum caso alguma conselheira queira também participar. Rosaura dá outro informe agora a respeito das ameaças de morte que algumas vereadoras de Santa Catarina, sobretudo de partidos da esquerda, vem recebendo, citando o exemplo da Maria Tereza Capra que precisou inclusive se mudar de cidade e teve o mandato cassado devido à denúncia que ela fez do ato em alusão ao nazismo ocorrido em São Miguel d'Oeste. Rosaura informa então que no dia 08 de fevereiro irá ocorrer um evento na Câmara de Vereadores de Fpolis em defesa a essas vereadoras e solicita a presença de alguma conselheira que represente o CEDIM neste evento. Sheila sugere que se faça uma moção de repúdio contra a cassação da vereadora. Liliana menciona que além desta moção deveria ser feita também uma moção de apoio às outras que não foram cassadas mas que também estão sendo ameaçadas como Carla Ayres de Fpolis, Giovana Mondardo de Criciúma e Ana Lúcia Martins de Joinville. **10. Encerramento**. Nada mais havendo a tratar, Rosaura agradeceu a participação de todas e deu-se por encerrada a 01ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2023. Eu, Carolina, Secretária do Conselho, lavrei a presente Ata. Link para acessar a gravação da reunião:

https://drive.google.com/file/d/1ZYNl9864v0R5RSp0mOfpO6O2h3qcE9xw/view?usp=share_link



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016



Assinaturas do documento



Código para verificação: **IG1M784W**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



CAROLINA SILVA RODRIGUES DE FREITAS (CPF: 036.XXX.509-XX) em 07/03/2023 às 18:34:47

Emitido por: "SGP-e", emitido em 13/07/2018 - 13:30:25 e válido até 13/07/2118 - 13:30:25.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDAyNzRfMjc0XzlwMjFfSUcxTTc4NFc=> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00000274/2021** e o código **IG1M784W** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.